

---

## O TRABALHO TEÓRICO NA HISTÓRIA DA LITERATURA

*José Luís JOBIM\**

Que tipo de trabalho teórico se pode desenvolver sobre História da Literatura? Esta foi a pergunta que busquei responder, instigado pela atual coordenadora do Grupo de Trabalho em História da Literatura da ANPOLL, professora Marisa Lajolo.

A resposta começa com o próprio sintagma que designa o GT: História da Literatura. Afinal, tanto os pressupostos, métodos e limites do que se concebe como História mudaram e mudam, como também mudou e muda o que se entende por Literatura. A partir desta constatação acaciana, esquematizaremos algumas propostas possíveis.

Pode-se, por exemplo, tratar do inventário de mudanças nas descrições do que é literatura; averiguar por que e como essas mudanças se deram; indagar sobre a autoconsciência dos produtores destas descrições no passado; ou sobre a nossa própria autoconsciência, ao examinarmos a deles. Pode-se examinar como se configuram visões *de* ou *sobre* a literatura em estruturas sociais, tanto de “dentro” de um período, na perspectiva produzida por este período sobre si próprio, quanto de “fora”, na visão que outro período lança sobre ele.

Pode-se também presumir que tanto os pressupostos, métodos e limites do que se concebe como História mudaram e mudam, como também mudou e muda o que se entende por literatura. Para compreender o roteiro das mudanças, podem-se recuperar instituições, maneiras de pensar, modos de escrever que se procurou apagar ou que de alguma maneira sobreviveram. É possível também trabalhar com as descrições de autores, obras, períodos; com sua aprovação ou reprovação por vários e sucessivos públicos; com os alegados fundamentos desta aprovação

---

\* Universidade Federal Fluminense / Universidade Estadual do Rio de Janeiro

ou reprovação; com as interpolações, inferências, escolhas, arranjos, ordenações, seleções — e princípios usados para controlar seleções —, juízos — e critérios usados para a emissão destes juízos —; com a escolha de temas e interesses; com a relação entre o conhecimento histórico e os problemas e concepções dominantes da cultura do período em que foi escrito; com os processos ou argumentos utilizados para justificar uma interpretação histórica; com a temporalidade dos discursos *de* e *sobre* a literatura, inseridos em quadros de referência de diferentes visões de mundo, nas quais se expressa a complexidade das formas de representação da realidade; com a escrita da história literária como evento também histórico, cujos enunciados pagam necessariamente tributo ao momento de enunciação; com o sentido atribuído às formas com que se produz o discurso histórico *de* e *sobre* a literatura. A análise desse discurso poderia inclusive enriquecer nossa compreensão sobre a configuração e o papel social dele, relacionando-o: com os programas de vida que comunidades humanas inventaram no passado e com as representações que foram criadas para preencher seu imaginário; ou com as justificativas necessárias para estas invenções, a ponto de, às vezes, pela imposição de crenças coletivas operadas socialmente, transformá-las de possibilidades em necessidades.

Também os pressupostos que constituem a fundamentação epistemológica das representações fazem parte da realidade da comunidade que os adota. Se definimos a realidade *dentro* ou *a partir* destes pressupostos, sempre que mudarmos nossas representações e os objetos constituídos por elas, mudaremos também a realidade. Talvez seja esta a razão pela qual Martin Heidegger disse que, para mudar o mundo, é necessário, antes, mudar a representação do mundo.

É importante assinalar que não estou entrando no mérito da questão da representação. Isto porque, quer consideremos — por exemplo — os pressupostos que constituem a fundamentação epistemológica dos historiadores e críticos do passado como “falsos”, “verdadeiros”, “adequados” ou “inadequados”, podemos identificar o que o passado era para eles, ao identificar suas crenças sobre este passado: para eles, a literatura tinha o sentido que as representações lhe davam.

Se nos afastamos de uma concepção de História da Literatura como o inventário de uma continuidade cumulativa de textos, podemos também propor o estudo histórico dos conceitos e da terminologia empregados nos discursos *de* e *sobre* a literatura. Podemos investigar: as comunidades acadêmicas e/ou literárias organizadas em torno de

conceitos compartilhados; a organização de campos a partir de conceitos comuns — pesquisando sua duração, seu lugar, sua relação com outros campos; a mudança de conceitos, terminologias e quadros de referência disciplinares, como indicativo possível de mudanças nos critérios de objetividade (e, portanto, nos objetos); o âmbito de sentido dos conceitos e terminologias em seu contexto de produção, e a diferença entre a recepção destes, naquele contexto e em outros posteriores; a relação destas mudanças com o ambiente sócio-cultural em que se inserem, a partir do qual podem ser vistas como sintoma, efeito, causa, vestígio ou prenúncio de algo; os termos e conceitos cuja reiterada presença e aparente permanência encobrem diferenças de “conteúdo” no seu emprego em diversos períodos; a genealogia, circulação, predominância ou posição secundária de quadros conceituais e terminológicos; o conceito como uma forma única de aglutinar e relacionar determinadas referências vigentes em um momento histórico.

Como o tempo e as circunstâncias de nossa fala nos obrigam a ser sintéticos, daremos, como exemplo de alguns dos trabalhos teóricos possíveis que enunciamos, ensaios recentes de Luiz Costa Lima, Roberto Acízelo de Souza e João Adolfo Hansen.

A obra *Vida e mimesis*, de Luiz Costa Lima, retoma a pesquisa que, desde o início da década de 80, este autor vem desenvolvendo sobre o conceito de *mimesis*. Em *Mimesis e modernidade*, livro de 1980<sup>1</sup>, Costa Lima abordava o “a situação sócio-intelectual em que o conceito de *mimesis* aparecera na Grécia, de cuja indagação se originava a reelaboração que então propunha do velho conceito.”<sup>2</sup> A reelaboração incluía o trabalho com este conceito na tradição poética da modernidade e em Jorge Luís Borges. A partir daí, a definição da *mimesis* como uma categoria universal ao homem, de produção da diferença sob um horizonte de semelhança<sup>3</sup>, será uma marca registrada do pensamento de Costa Lima.

Seu último livro é particularmente interessante, pelo menos por duas razões. A primeira é que se trata de um exemplo de como os conceitos circulantes em cada período histórico reordenam as dimensões de suas referências, alterando ou deslocando modos de saber a partir dos quais se instauraram os discursos *de* e *sobre* a literatura. A segunda razão é que, além da parte mais tradicionalmente acadêmica do livro — que consiste numa densa história crítica do conceito, originalmente produzida como tese para o concurso de professor titular de Literatura Comparada na Universidade do Estado do Rio de Janeiro —, há um

segmento que merece destaque especial. Trata-se do primeiro capítulo, por ele intitulado *Esboço de uma autobiografia intelectual*.

Originalmente, este capítulo foi o memorial apresentado por Costa Lima para aquele concurso, o que também pareceria colocá-lo numa posição de mero documento burocrático. No entanto, o autor explicita um projeto:

*... fiz do memorial uma peça estrita de autobiografia intelectual, dela excluindo tudo que não concernisse ao contexto em que foram pensados os livros que escrevi ou que não se referisse à sua matéria e à maneira como hoje os encaro.*<sup>4</sup>

Exatamente por causa desta opção, é possível acompanhar também a reconstrução do passado sob o ponto de vista do momento em que Costa Lima, no presente, escreve o texto. Ou seja, é possível ter acesso à explicitação da consciência teórica de seu percurso, explicitação esta produzida no momento mesmo em que dá uma ordem discursiva à sua obra anterior. Esta consciência de si não será necessariamente a mesma que Costa Lima tinha, no tempo em que escreveu sua obra anterior, mas seguramente é uma matéria riquíssima para o estudo das diferenças históricas no próprio campo conceitual.

Quanto ao livro recente de Roberto Acízelo de Souza — *O império da eloquência: estudos de retórica e poética no Brasil oitocentista*<sup>5</sup> — trata-se de uma obra singularíssima, não só porque o autor faz o que diz ser seu objetivo — mapear os estudos de retórica e poética no Brasil do século XIX —, mas também porque, ao fazê-lo, acaba também lançando luz indiretamente sobre o quadro de referências dentro do qual se instalaram os estudos de Literatura Brasileira e História da Literatura, naquele momento. Roberto Acízelo percorre um itinerário bibliográfico raro, que só havia sido explorado anteriormente por Antônio Cândido — em um subcapítulo da *Formação da literatura brasileira* — e Roberto de Oliveira Brandão — em sua tese de doutorado na USP e em mais um ensaio sobre os manuais de retórica brasileiros do século XIX. Além disto, o *corpus* desta pesquisa encontra-se literalmente ameaçado de extinção física, pois — exceto por uma reprodução comemorativa da obra de Frei Caneca em 1972 e por uma reedição de segmentos de textos do próprio Caneca e de Junqueira Freire, em uma antologia organizada pela professora Edith Pimentel Pinto — a edição mais recente do universo bibliográfico relacionado à retórica e à poética do Brasil

oitocentista data de 1886, e está virtualmente inacessível ao público.

Um dos subprodutos mais interessantes da obra de Roberto Acízelo de Souza é o mapeamento dos quadros disciplinares do Colégio Pedro II no Brasil oitocentista. Por este trabalho, podemos tomar conhecimento tanto da longa permanência da Retórica no currículo (de 1850 até 1891), quanto do momento de inclusão da Literatura Nacional (1877) ou do seu *status* neste momento — era um item secundário da cadeira intitulada Literatura, lecionada apenas no sétimo ano escolar. Também podemos saber que apenas em 1892 surge no currículo a História da Literatura Nacional, que vai permanecer até 1897, se não considerarmos o ano de 1895, no qual, em vez dela, temos a disciplina Literatura Nacional. Todas estas e muitas outras informações preciosas constam do cuidadoso levantamento efetuado por Roberto Acízelo, que agora pode atingir um público mais amplo, editado pela EDUFF, na Coleção Ensaios, da Coordenação de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal Fluminense.

Finalmente, trataremos da obra de João Adolfo Hansen sobre o Barroco. Esclareço, desde já, que não estou falando apenas de *A sátira e o engenho: Gregório de Matos e a Bahia do século XVII*<sup>6</sup> — sua tese de doutorado, editada em 1989, pela Companhia das Letras —, mas também de todo o conjunto de textos posteriores, editados em revistas especializadas, publicações de circulação restrita ou inéditos, aos quais pude ter acesso, por deferência do autor.

Para começar, direi que Hansen é um ponto de referência nacional para uma questão, nem sempre formulada explicitamente: — Qual a relevância de estudarmos o período seiscentista, se ele foi o que foi, e nada mais podemos fazer a respeito disto?

Entre outras coisas, poderíamos dizer que, ao mudarmos nossas crenças sobre o passado, mudamos nosso presente, quando acreditamos que este presente refrata o passado e é refratado por ele. Em outras palavras, ao mudarmos nossa representação do passado, mudamos também nossa representação do presente. Esta é a razão pela qual a revisão do século XVII empreendida por João Adolfo Hansen é uma questão que não se refere apenas ao Seiscentos.

Para começar, diremos que, por um lado, jamais poderemos ver o período barroco como seus contemporâneos o veriam, de “dentro” de uma autoconsciência seiscentista, mas, por outro lado, podemos ver o período barroco de “fora”, de uma maneira como jamais os seus contemporâneos o veriam, imersos que estavam em seu sistema de vida.

Sabemos do desdobramento das práticas discursivas seiscentistas, cujo conhecimento era vedado aos viventes do século XVII. Usamos estes desdobramentos para avaliar este período, coisa evidentemente impossível para um homem daquele século. Se não nos é possível, como Pierre Menard<sup>7</sup>, *Conhecer bem o espanhol, recuperar a fé católica, guerrear contra os mouros ou contra o turco, esquecer a história da Europa entre os anos de 1602 e 1995*, por outro lado podemos ver o sentido do catolicismo, das guerras, da história da Europa, a partir de uma perspectiva vedada aos seiscentistas. Trata-se de uma perspectiva para a qual o século XVII não é presente, uma perspectiva de quem não é testemunha ocular daquele século, mas o vê de forma retroativa, contrastando aquele momento com outros que o sucederam, enquadrando-o numa cadeia de sucessão que não era visível para os contemporâneos de Cervantes, pois eles obviamente não tinham idéia do seu futuro, que todavia conhecemos, pois para nós aquele futuro já é passado. No entanto, é importante assinalar que a própria perspectiva retroativa pode trazer mudanças no passado, inclusive atribuindo-lhe o que não cabe nele.

Para nós, com frequência o Barroco é opaco e, para compreendê-lo, tendemos a projetar sobre ele categorias do presente, que acabam por igualá-lo e reduzi-lo às manifestações discursivas da contemporaneidade. Se nos limitamos a julgar os autores seiscentistas com os valores de nosso sistema cultural, podemos até — quem sabe? — encontrar um Gregório de Matos tropicalista ou revolucionário, mas dificilmente encontraremos um autor seiscentista.

Talvez, para nós, o mais interessante do Barroco, conforme se configura na pesquisa de João Adolfo Hansen, seja a sua *alteridade* radical em relação ao nosso *modus vivendi*: ao nos defrontarmos com o texto barroco, podemos nos confrontar com uma cultura estranha, à qual não pertencemos e que possui pressupostos com os quais podemos não concordar. Através do contraste com este *outro*, podemos perceber com maior clareza as nossas idiosincrasias. Este parâmetro externo à nossa mundivivência permite-nos iluminar, por contraste, importantes aspectos de nossa perspectiva cultural — dos quais poderíamos não estar conscientes, caso permanecêssemos apenas na esfera da nossa autoconsciência cultural contemporaneamente adquirida —, aspectos que poderiam parecer “naturais”, contínuos, permanentes, substantivos, essenciais, caso não conhecêssemos esse outro *modus vivendi*, denominado barroco. Os discursos do século XVII, por sua radical

alteridade em relação aos de nosso século, desqualificam muitas das nossas pretensões à “naturalidade”, mostrando que há uma socialidade por trás da construção de grande parte do que consideramos “natural”.

A obra de Hansen demonstra uma visão sobre o século XVII que apresenta, pelo menos, dois aspectos marcantes: 1) uma figuração de autor e autoria textual que não tem a menor relação com pressupostos de individualidade, criatividade ou originalidade — o que desbanca ou torna anacrônicas as avaliações de críticos e historiadores que, desde o século XIX, vêm regularmente cobrando estes pressupostos românticos a autores como Gregório de Matos ou Vieira; 2) um quadro de referências seiscentista, em que tanto autores quanto leitores ainda têm como moldura discursiva a Retórica, cujo desconhecimento por nós, leitores contemporâneos, torna frequentemente opacos os textos barrocos.

Assim, Hansen tem o enorme mérito de não tentar colonizar o Barroco, impondo-lhe uma identidade contemporânea. O seu trabalho, assim como os de Costa Lima e de Roberto Acízelo são exemplos vivos e recentes tanto de como a pesquisa em História da Literatura vem-se desdobrando no Brasil, quanto de que esta pesquisa histórica também tem uma história, para a qual cada um destes autores deu uma contribuição significativa.

---

#### NOTAS

<sup>1</sup> LIMA, L. C. *Mimesis e modernidade*. Rio de Janeiro: Graal, 1980.

<sup>2</sup> id. *Vida e mimesis*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995. p.43.

<sup>3</sup> id. *Sociedade e discurso ficcional*. Rio de Janeiro: Guanabra, 1986. p.304.

<sup>4</sup> id. op.cit. nota 2, p.18.

<sup>5</sup> SOUZA, R. A. Q. de. *O império da eloquência: estudos de retórica e poética no Brasil oitocentista*. Niterói: EDUFF, 1996.

<sup>6</sup> HANSEN, J. A. *A sátira e o engenho: Gregório de Matos e a Bahia do século XVII*. São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura / Companhia das Letras, 1989.

<sup>7</sup> BORGES, J. L. Pierre Menard, autor do Quixote. In: \_\_\_\_\_. *Ficções*. 5. ed. Rio de Janeiro: Globo, 1989. p.29-38. p.33.